

ACTA Nº 7/2007

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Chamusca, realizada no die
vinte e nove de Junho de dois mil e sete
Aos vinte e nove dias do corrente mês de Junho de dois mil e sete, pelas vinte e um
horas e quarenta minutos, realizaram a <u>Sessão Ordinária</u> , com a seguinte <u>ORDEM DE</u>
<u>TRABALHOS:</u>
1.Relatório de Actividades do Executivo Municipal Relativo aos Meses de Maio
Junho – Apreciação
2. Ponto de Situação da Câmara Municipal
3. Serviços de Saúde no Concelho da Chamusca – Ponto Situação
4. Eco Parque II Fase:
a) Proposta de Procedimentos – Análise e Ratificação;
b) Participação em Empresa – CIRVER / SISAV – Conhecimento e Análise
c) Aterro de RIB'S / Protocolo – Reapreciação de Protocolo
5. Criação Conselho Municipal de Segurança – Análise e Ratificação
6. Chamusca XXI – Um Novo Conceito de Desenvolvimento – Análise e Aprovação
7. Centro Apoio Empresas – Contratos Prestação de Serviços – Análise e Ratificação:-
a)Instalação de Actividade;
b)Utilização de Salas e Equipamentos;
c)Normas de Funcionamento
8. Declaração de Intenção – Parceria – Câmara Municipal de Chamusca / Nersant -
Análise e Ratificação
9. Protocolo FINICIA / Adesão a Protocolo – Análise e Ratificação
10.Convite para Adesão à RETECORK – Análise e Ratificação
11.Instalações SPALIL / Parecer – Análise e Ratificação
12.Planos Operacionais Concelhios:

a) Plano Acção 2007 Concelho Chamusca / Conselho Local de Acção Social – Análise
e Ratificação;
b) Plano Operacional Municipal / Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra
Incêndios – Análise e Aprovação
13.Propostas Processos Águas:
a)Anulação de Incobráveis – Análise e Aprovação;
b)Deliberação para Corte de Abastecimentos – Análise e Ratificação
14.Proposta – Medidas a Propor / Limite de Endividamento do Município – Análise e
Ratificação
15.Proposta – Parque Viaturas – Análise e Ratificação
16.Proposta – Plano Desenvolvimento Ambiental / Poluição Vila Ulme – Análise e
Ratificação
17. Proposta – Apoio em Materiais Pequenas Obras das Juntas de Freguesia – Análise
e Ratificação
18. Adenda à Proposta – Transferência Verbas Manutenção - Educação – Análise e
Ratificação
19. Protocolos Emprego Social / Programa Ocupacional – Subsidiados – Análise e
Ratificação:
a) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Chamusca;
b) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Chamusca;
c) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Carregueira;
d) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Vale de Cavalos;
e) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Ulme
20.Protocolo Colaboração Cedência Instalações – Câmara Municipal de Chamusca /
Junta de Freguesia de Chamusca – Análise e Ratificação:

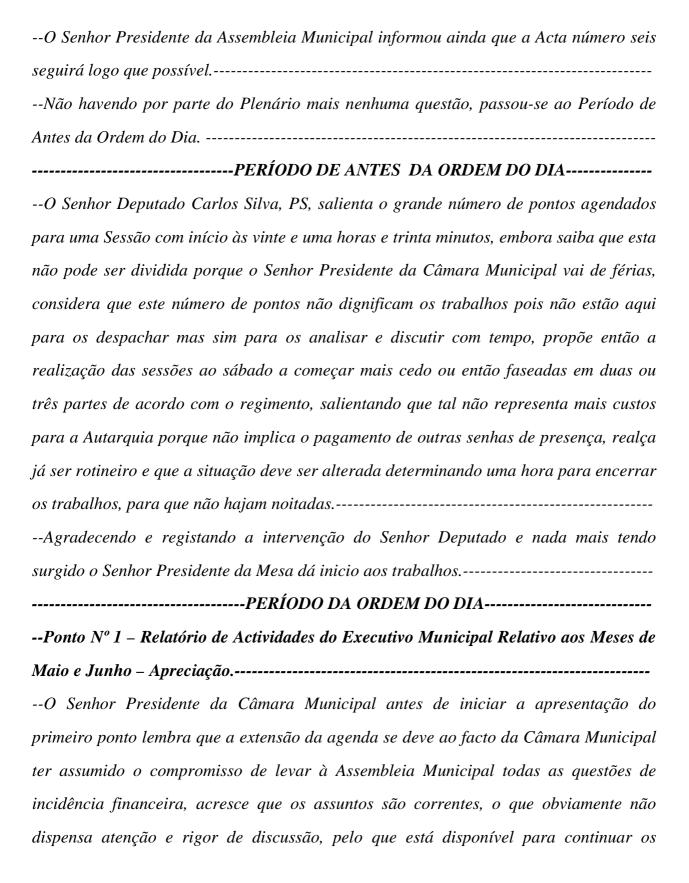
a)Lojas Mercado Municipal – OTL Sénior;
b)Sala Piscinas Municipais – OTL Infanto Juvenil
21.Protocolos de Colaboração Administrativa e Financeira Aquisição Viaturas e
Equipamentos – Análise e Ratificação
a) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Carregueira;
b) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Parreira;
c) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Ulme;
22.Protocolo Colaboração Administrativa Financeira – Manutenção Espaço Verde
Carregueira – Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Carregueira –
Informação, Análise e Ratificação
23.Protocolo Colaboração Administrativa Financeira – Gestão do Sistema de
Abastecimento de Água na Freguesia de Vale de Cavalos – Renovação – Câmara
Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia de Vale de Cavalos – Análise e
Ratificação
24.Protocolo Colaboração Administrativa Financeira – Área Protecção Civil – Câmara
Municipal de Chamusca / Associação Bombeiros Voluntários Chamusquenses -
Análise e Ratificação
a) Adenda – Unidade de Pessoal / Protecção Civil;
b) Adenda – Comparticipação GPI'S / 2007
25. Protocolo Colaboração Administrativa Financeira – Apoio a Obras e Equipamentos
- Câmara Municipal de Chamusca / Centro Apoio Social Parreira - Análise e
Ratificação
26.Protocolo Definitivo Colaboração Administrativa Financeira - Requalificação
Cine-Teatro / Funcionamento – Câmara Municipal de Chamusca / Santa Casa
Misericórdia – Análise e Ratificação

27.Protocoto Cotaboração Administrativa e Financeira – Campo Futebol Municipal /
Utilização pela Comunidade - Câmara Municipal de Chamusca / União Desportiva
Chamusca – Análise e Ratificação
28.Protocolo Colaboração - Câmara Municipal de Chamusca / Federação portuguesa
Basquetebol / Associação Basquetebol Santarém / Chamusca Basket Clube – Análise e
Ratificação
29.Comparticipação para Construção de 4 Fogos – Vale de Cavalos – INH / Câmara
Municipal de Chamusca – Análise e Ratificação
30. Abate Sobreiros – Campo Futebol Municipal – Declaração de Interesse Público –
Análise e Aprovação
31.Pedreira Arripiado - Ampliação / Declaração de Interesse Público - Análise e
Aprovação
32.Campo e Rio - Projecto 3º Idade / Declaração de Interesse Público - Suspensão
PDM – Análise e Aprovação
33.Instalação de Empresa – AVIPRONTO – Análise e Ratificação
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Verificadas as presenças e processadas as
substituições legais e regimentais, não se registaram ausências
DA CÂMARA MUNICIPAL: Registaram-se as presenças de: Presidente Sérgio
Carrinho, Vice-Presidente Francisco Matias, Vereadora Dr.ª Manuela Marques e
Vereador Dr. Fernando Pratas
Antes de dar início aos trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
chamou para a Mesa o Senhor Deputado António Manuel Úrsula Peixinho uma vez que
o Senhor Primeiro Secretário não se encontra, por motivos pessoais, conforme
justificação apresentada. E em virtude de estarmos perante uma agenda grande, sem que
deixem de discutir e votar de forma consciente, pediu aos Senhores Deputados que



fossem breves nas intervenções de modo a facilitar os trabalhos e tornar a noite mais curta, deu também conhecimento de algumas acções nas quais representou a Assembleia Municipal destacando a visita do Senhor Ministro do Ambiente ao Concelho e o lançamento da Primeira Pedra dos CIRVER'S, a instalação da primeira empresa no Centro de Apoio a Empresas e a sua participação no XVII congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que decorreu em Ponta Delgada.----------CORRESPONDÊNCIA-------Foi informado o Plenário da entrada de justificações e respectivos pedidos de substituição à presente Sessão de Manuel Tiago Neto Pestana Prestes por Maria Teresa Oliveira Gomes, Outra Força – Melhor Futuro – PPD/PSD – CDS-PP, de João Manuel Silva Pestana por José Marcelino Pinto, Outra Força – Melhor Futuro – PPD/PSD – CDS-PP, de Emídio José da Cruz Cegonho por António Manuel Úrsula Peixinho, CDU-PCP/PEV, de Manuel João da Luz Aranha por Nuno Gabriel Messias de Almeida, PS e de João Lino Marques Saramago por Diamantino Condeço, CDU-PCP/PEV.-----------ACTAS N°s 4/2007 e 5/2007-------O Senhor Presidente da Assembleia apresentou as referidas Actas que colocou à disposição do Plenário para discussão, eventuais correcções e ou adendas. Nada tendo ocorrido as Actas foram colocadas a votação.-------Assim a Acta número quatro foi aprovada por maioria, com:-------Votos Contra: 0 (zero) -------Abstenções: 1 (uma) – (PS).-------*Votos a Favor: 21 (vinte e um) – (Restantes elementos). -----*--E a Acta número cinco também aprovada por maioria, com:-------Votos Contra: 0 (zero) -------Abstenções: 2 (duas) – (PS e CDU-PCP/PEV).-----

--Votos a Favor: 20 (vinte) – (Restantes elementos). -----





trabalhos noutro dia se assim o entenderem, o estar de férias não é impeditivo e comunica que o Senhor Vereador Engenheiro João Carlos Amaral Netto não poderá estar presente por motivos pessoais. Quanto ao primeiro ponto refere que se tratam de três relatórios, um do Eco-Parque, outro de Actividades elaborado pelo Senhor Vice-Presidente e um terceiro dos Serviços de Acção Social responsabilidade da Senhora Vereadora Dr.ª Manuela Marques, que reflectem a actividade destes dois meses e coloca-se juntamente com os referidos Vereadores à disposição dos Senhores Deputados para eventuais questões.-------Aberto o Ponto para discussão, o Senhor Carlos Silva, PS pede para esclarecer que quando focou a extensão da agenda não se referia de todo às férias do Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas sim para que de futuro quando se trate de uma ordem de trabalhos grande se divida, até porque o Senhor Vice-Presidente pode substituir o Senhor Presidente.-------Nada tendo mais tendo surgido por parte do Plenário o Senhor Presidente da Mesa deu continuidade aos trabalhos passando ao segundo Ponto.-------Ponto Nº 2 – Ponto de Situação da Câmara Municipal .-------O Senhor Vice-Presidente Francisco Matias iniciou uma generalizada explicação do Ponto, focando a esquematização da apresentação da situação da Câmara Municipal, sublinhou que sobre o controle orçamental tem sido feita divulgação constante, realçou também o termines de alguns Planos de Pagamento assumidos, sobre o assunto Município / Medidas fará, na altura da sua discussão, uma breve introdução, quanto ao Ponto de Situação das Águas falará também na altura fazendo de momento referência apenas a uma pequena nota sobre um número, perfeitamente residual, de cidadãos que se alhearam ou recusaram a tratar dos seus contratos de água, tendo em conta a facilidade dada a estes e aos outros que regularizaram a situação, pelo que irão ser objecto de um tratamento especifico e com os quais irá falar pessoalmente a fim de evitar



medidas mais complicadas. Sobre a Semana da Ascensão o compromisso está apresentado, feita a informação pública e foi objecto de diversas reuniões preparatórias e de reunião final de balanço com as Juntas de Freguesia, quanto ao Ponto de Situação dos Compromissos houve uma alteração relativamente ao Cine-Teatro e a situação ultrapassada, cita também o Relatório de Aquisição de Imóveis e salienta, como de bastante importante para conhecimento dos Senhores Deputados, a informação sobre a especificidade da Nova Lei das Finanças Locais que não só exige às Autarquias mas também às Juntas de Freguesia uma nova série de procedimentos de bastante complexidade técnica. Sobre o Endividamento do Município, tal como se comprometeu, caracteriza a situação com documento, um pouco extenso, mas que releva de certo modo os pontos mais importantes. Conforme mencionado, no mesmo, temos um problema estrutural em termos de funcionamento e de necessidade de modernização dos serviços principalmente a nível de contabilidade, que não são efectuados da melhor forma por falta de enquadramento técnico e por outro lado a falta de alguns sectores operacionais levam a que não possa ser aplicada a contabilidade de custos obrigatória na nova Lei da Finanças Locais pelo que explicou as possíveis alterações a efectuar para a viabilizar implementação. Terminou colocando-se à disposição para eventuais essa esclarecimentos.------Prosseguindo os trabalhos o Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Silva, PS, que sugere que o secretariado da Semana da Ascensão deve desde já começar a angariar patrocínios no sentido de diminuir ou anular a diferença entre as receitas e a despesas, quanto às despesas com o pessoal gostaria de mais alguns esclarecimentos por parte do referido secretariado.-------José Braz, CDU-PCP/PEV, realça que apesar das muitas dificuldades os objectivos a que a Câmara Municipal se propôs têm sido cumpridos com muito esforço, empenho em



simultâneo clareza e comunicação à comunidade permitindo assim uma melhor compreensão das dificuldades financeiras que atravessamos.-------Agradecendo o Senhor Presidente da Mesa pergunta se mais alguém quer intervir, nada ocorrendo passou ao Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.------Ponto Nº 3 - Serviços de Saúde no Concelho da Chamusca - Ponto Situação.------O Senhor Presidente da Câmara Municipal informa que a situação se mantém, sem alterações a registar, que a Câmara tem acompanhado atentamente o assunto.-------A Senhora Vereadora Dr. Manuela Marques diz que em conversa com o Dr. Barbosa ele colocou a possibilidade, de ainda este ano, virmos a ter serviço de radiologia em funcionamento, podem haver neste período do ano algumas interrupções nos serviços motivadas exclusivamente por férias.-------Colocado o Ponto à discussão a Senhora Deputada Aurelina Rufino, Outra Força -Melhor Futuro – PPD/PSD – CDS-PP, questiona a Câmara no sentido de saber se a saúde continua a ser um ponto importante e a fazer parte da ordem do dia ou se foi esquecida e posta de parte nas diligências a efectuar junto dos órgãos governamentais.— --Ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal responde que este assunto, pode apresentar alguma ligeireza de tratamento, mas momento é de prioridade número um e faz parte da ordem de trabalhos semanal da Câmara Municipal e estão verdadeiramente atentos e empenhados.-------Novamente a Senhora Deputada Aurelina Rufino, Outra Força – Melhor Futuro – PPD/PSD - CDS-PP, questiona se só faz parte da ordem de trabalhos semanal das reuniões do executivo ou se também faz parte da ordem de trabalhos sempre que há contactos com membros do Governo e dos Órgãos de Soberania.-------Respondendo o Senhor Presidente da Câmara diz que todas as semanas nas reuniões de Câmara há informação dos pontos da agenda e dos contactos a efectuar e dos decorridos entre as reuniões, pelo que sempre que há contactos formais ou informais



sobre qualquer assunto os mesmos são dados em todas as reuniões da Câmara Municipal.------Carlos Silva, PS, considera que devemos utilizar a instalação dos SUC no Concelho como "moeda de troca" uma vez que vamos ter no Concelho um equipamento que comporta algum risco, tal como os CIRVER'S, pelo que devemos fazer valer os nossos direitos em termos de saúde.------José Braz, CDU-PCP/PEV, relativamente a este ponto que nos toca a todos coloca uma questão, baseando-se na informação sobre a troca de correspondência entre os Bombeiros e a ARS, em que num dos ofícios demonstra alguma incoerência e dificuldades de procedimentos, sendo que o Senhor Comandante colocou a questão para saber como agir, por outro lado coloca-se também a necessidade de formação do tripulante da ambulância de socorro, uma vez que os bombeiros são os primeiros intervenientes, pelo que gostaria de saber, após as conversações da Câmara Municipal com o Senhor Comandante dos Bombeiros, se já há resposta para estas duas situações.----No sentido de ouvir mais algumas opiniões o Senhor Presidente da Mesa decide conceder a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal mais tarde.-------Joaquim Emídio, CDU-PCP/PEV, intervém mostrando-se indignado com determinadas questões, pois ainda há pouco ouviu que não perdemos certas valências, mas não restam dúvidas de que perdemos parte do atendimento permanente e salienta que aquando da visita dos Senhores Deputados do Partido Socialista, ao nosso Concelho, foi dito que a Chamusca nunca evidenciou o problema da saúde, muito embora não acredite nestas palavras considera que alguma coisa não corre bem pelo que pede esclarecimento.------Pedro Silva, CDU, encara este assunto como um problema a "pôr em cima da mesa" embora pense que este conceito colocado pelo Senhor Deputado do PS é perigoso e politicamente oportunista, coisa a que o PS nos habituou pois é neste jogo que se



movimenta inúmeras vezes o que lhe permite ter várias opiniões em simultâneo em situações ou órgãos distintos. Encontra chantagem quando ouve que temos cá os lixos pelo que temos de ter os serviços de saúde, caso contrário não teríamos esse direito constitucional, pelo que considera estas afirmações levianas e um modo de desviar as atenções do Governo que como forma economicista corta nos serviços de saúde, apontaa como uma visão incorrecta e utilizada oportunistamente porque o PS quer responsabilizar a Câmara Municipal.-------Como direito de resposta Carlos Silva, PS, afirma que quem orquestrou esta questão não foi o Partido Socialista "mas sim uma força política que todos bem conhecemos", de facto os Senhores Deputados do PS estiveram cá e como se sabe há questões que chegam aos deputados e outras não e as trocadas entre a Câmara Municipal de Chamusca e os Órgãos de Saúde não passam pelos deputados, quanto à questão da "troca do lixo pela saúde" explica que não é por termos cá o lixo que também temos que ter os serviços de saúde mas temos que responsabilizar os intervenientes nesta área.-------José Augusto Carrinho, PS, responde simplesmente ao Senhor Deputado da CDU que oportunismo foi o utilizado na campanha feita em torno da saúde, esclareceu ainda que o PS embora seja um partido de oportunismo sê-lo-á pelo tempo que os cidadãos quiserem, de facto o oportunismo foi utilizado pela CDU quando disse o que disse e envolveu as pessoas e colocou "as bandeiras no ar" contra o Governo tendo no fundo brincando e enganado as pessoas tendo-se servido disso para fazer "folclore", acrescentando apenas que sempre defendeu e defenderá a saúde para a Chamusca mas dentro de uma lógica sem bandeiras políticas.-------Intervindo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, encara o assunto como relevante e carente de discussão e atenção para que se alcancem os objectivos convenientes pelo que pede moderação de modo a que se chegue a um consenso de opiniões.-----



--Pedro Silva, CDU-PCP/PEV responde que o Senhor Deputado José Augusto Carrinho há falta de argumentos procura de forma depreciativa acusar o PCP ou até a sua pessoa, salienta no entanto que tudo o que o Partido Comunista faz não é de modo algum depreciativo porque esteve e sempre estará ao lado das populações não podendo portanto indiferente a esta redução nos serviços de saúde e foi à luta, juntamente com muitos não comunistas, para defender os interesses do Concelho.-------Victor Costa, CDU-PCP/PEV, questionou se nada piorou na questão da saúde no Concelho e se o PS garante que nada piorará.------ José Augusto Carrinho, PS, dirigindo-se a Pedro Silva afirma que sempre respeitou o trabalho do PCP e esclarece que o que disse foi que no PS sempre tiveram uma posição consertada em relação à questão da saúde e que não a forma como se intimidou as pessoas de que tudo ia fechar, já quanto às questões apresentadas pelo Victor Costa, CDU-PCP/PEV, considera-as oportunistas e reveladoras de que a democracia não é para todos.------Carlos Silva, PS, acha que aqui há uma certa confusão e explica que os Deputados da Nação estão para o Governo como os deputados da Assembleia Municipal estão para a Câmara, são meros órgãos consultivos e fiscalizadores e que também podem fazer um pouco de pressão, tendo sido este o compromisso do assumido perante a comissão de utentes pelos deputados do círculo de Santarém.-------Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal este sintetizou o que se passou na reunião com o Grupo Parlamentar do PS, onde foram abordados várias questões do Concelho nomeadamente a da saúde, sublinha que desde a última Sessão da Assembleia Municipal não houve grandes alterações ou retrocesso no processo e afirma que vão continuar a acompanhar de perto e atentamente todo o desenrolar do assunto e manter a Assembleia Municipal informada.-----



Nada mais tendo surgido passou-se ao Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:
Ponto Nº 4 – Eco Parque II Fase:
a) Proposta de Procedimentos – Análise e Ratificação;
b) Participação em Empresa – CIRVER / SISAV – Conhecimento e Análise
c) Aterro de RIB'S / Protocolo – Reapreciação de Protocolo
Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este explicou de forma clara e
concisa o documento apresentado sobre o assunto e frisou algumas medidas
indispensáveis de tomar entre elas o pedido de suspensão do PDM para alguns espaços
a Declaração de Interesse Público por parte da Assembleia Municipal para efeitos de
suspensão do PDM e da REN e pedido da Suspensão da Lei dos Fogos, operações essas
a efectuar logo que aprovadas pela Assembleia
O Senhor Presidente da Assembleia coloca o Ponto à discussão, questionando sobre
alguma dúvida ou pedido de esclarecimento e concede a palavra ao Senhor Deputado
Dr. José Braz, CDU-PCP/PEV, que transmite o entusiasmo com que têm acompanhado
este grande projecto e que muito embora apresenta-se algumas adversidades sempre
acreditaram que é um projecto com futuro e considera que tem sido tomadas todas as
medidas necessárias e transparentes junto da comunidade, é um projecto que promete
desenvolvimento e sobretudo muitos postos de trabalho pelo que esperam que corra tudo
muito bem, e dá os parabéns ao empenho e às negociações feitas
Nada mais tendo ocorrido a alínea a) do referido Ponto foi colocada à votação e
ratificada por unanimidade de presenças
De imediato o Senhor Presidente da Câmara Municipal sintetizou rapidamente a alíneo
b) relativa à participação na empresa por parte da Câmara Municipal com dois e meio
por cento do capital, a empresa foi constituída e os dois e meio por cento, que
representam doze mil e quinhentos contos, reverteram para a Câmara Municipal a título
de donativo para a Área da Acção Social e da qual somente falta fazer a escritura



--Sendo esta alínea exclusivamente para conhecimento e análise o Senhor Presidente da Mesa questionou o Plenário sobre eventuais dúvidas.------José Augusto Carrinho, PS, pergunta se de acordo com o número um do artigo segundo do Documento Complementar à escritura onde consta que a sede pode mudar dentro do Concelho ou para Concelho limítrofe, sendo que há alguns anos se defendia que as sedes deveriam ser na Chamusca, questiona se não estaremos aqui a abrir um precedente de modo a que as empresas hoje sejam cá e amanhã vão para outro lado.------O Senhor Presidente da Câmara Municipal explica que esta morada surge porque na altura o Centro de empresas não estava a funcionar e limita-se apenas a ser "uma caixa postal", assegura ainda que a sede formal desta empresa ou será no Arripiado ou na Chamusca acrescentando que são apenas formulações técnicas da escritura.-------Novamente José Augusto Carrinho, PS, foca que o que consta do documento é aqui ou em Concelho limítrofe e o ideal seria que estas empresas, que são muitas, tivessem a sua sede no Concelho e não somente os trabalhos.------Como mais nada ocorresse o Senhor Presidente da Mesa passou à alínea Câmara) do mesmo Ponto passando o Senhor Presidente da Câmara Municipal a definir o Protocolo na integra.------Após algumas intervenções e explicações, nomeadamente do Senhor Francisco Costa, CDU-PCP/PEV, do Senhor Vereador Dr. Fernando Pratas e do Senhor Presidente da Câmara Municipal foi decidido adiar esta discussão por estar a suscitar muitas dúvidas.---José Braz, CDU-PCP/PEV, intervém apenas para dizer que neste tipo de negociações tem que haver, como ponto fundamental, credibilidade e respeito dos interlocutores, pelo que não se devem levantar suspeições, podemos não concordar com as percentagens que nos são dadas e até exigir mais, mas temos que ver que a concorrência é muita e que existem ali equipamentos estruturantes que vão criar postos de trabalho, há um pólo de



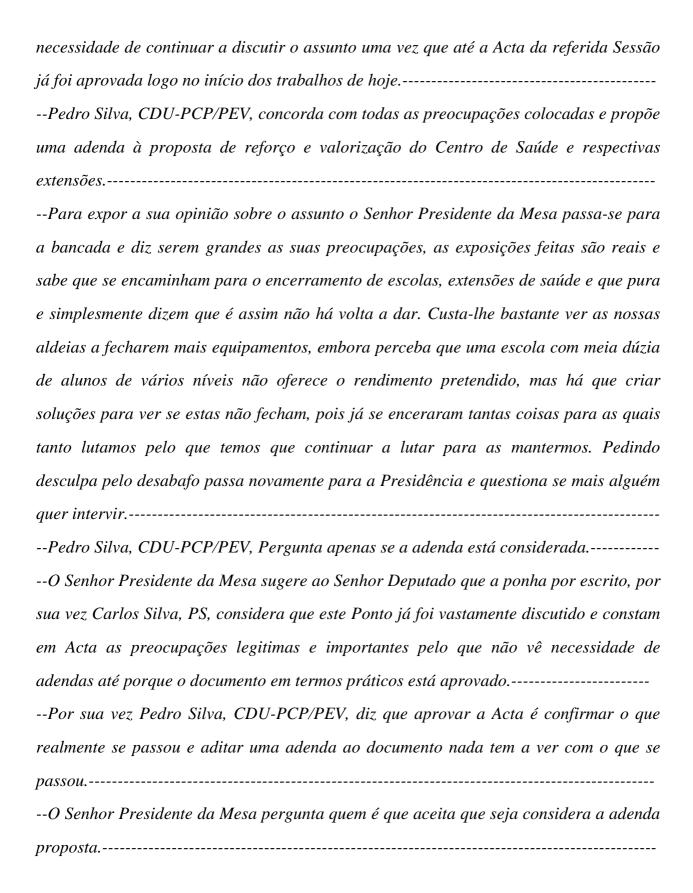
empresas que se criaram e que estão a aiavancar a viaa de muitas empresas pelo
devemos gerir este assunto com muito cuidado e sensibilidade
O Senhor Presidente da Mesa dá como encerrado o Ponto indicando que de facto esta
alínea ficará para futura discussão com o acordo de todos os presentes e passa ao Ponto
seguinte
Ponto N^o 5 – Criação Conselho Municipal de Segurança – Análise e Ratificação
Concedida a palavra ao Senhor Vice-Presidente Francisco Matias este passou a
explicar o Ponto com base na documentação distribuída, sobretudo na cópia da Lei
número trinta e dois barra noventa e oito, de dezoito de Julho, que criou os Conselhos
Municipais de segurança. Terminada a apresentação o Senhor Presidente da Mesa dá a
palavra ao Senhor Deputado Pedro silva, CDU-PCP/PEV, que pergunta com base no
que tem visto na comunicação social sobre o conjunto de alterações que o Governo tem
feito nesta linha, nas quais tem havido reduções de postos da GNR e da PSP se há
conhecimento de intenção ou questão em relação a esta matéria que ponha em causa os
recursos que hoje temos no Concelho em especial na GNR
Ao que o Senhor Vice-Presidente responde que com assento na informação que têm
nada aponta que haja fecho ou redução dos serviços no quartel da GNR local, houve
apenas uma reorganização e repartição de novas actividades e também não existe
conhecimento de quaisquer deficiências e há sobretudo uma excelente relação de
trabalho entre a Autarquia e as Forças da Ordem
Nada mais tendo surgido foi o Ponto colocado à votação e ratificado por unanimidade
de presenças e passou de seguida ao Ponto número seis da Ordem de Trabalhos
Ponto Nº 6 – Chamusca XXI – Um Novo Conceito de Desenvolvimento – Análise e
Aprovação
Usando da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que
este documento reflecte as suvestões e observações apresentadas pelos membros da



Assembleia Municipal e passa a palavra ao Senhor Vice-Presidente que caracteriza a situação, recordando que o documento resultou de um plano estratégico com participação activa da Assembleia Municipal, na Sessão que decorreu no Edifício do Centro de Empresas foram feitas várias sugestões e considerado a existência de um documento sujeito a aprovação, mas sempre como um documento em aberto dependente de alterações a qualquer momento dependendo do evoluir dos planeamentos, das intervenções e das sugestões feitas no decorrer do processo. Chamou a atenção para alguns pontos que considera pouco esclarecidos, mais precisamente os pontos números cinco, sete e oito da página três do documento, enquanto que nas outras áreas apenas houve reorganização de capítulos e introdução, principalmente na Chamusca, a nível de edifícios e equipamentos a energia fotovoltaica, de resto são tudo questões que decorreram das reuniões de trabalho da Câmara Municipal e entre esta a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia.-------Agradecendo a explicação o Senhor Presidente da Mesa questiona o Plenário sobre eventuais dúvidas.-------Joaquim Emídio, CDU-PCP/PEV, Diz continuar com bastantes dúvidas e sem entender bem o mencionado sobre o Centro Escolar da Chamusca e afirma que se mantiverem tudo como está se irá abster sobre esta alínea, considera também que falta qualquer coisa sobre a saúde e a terceira idade para a generalidade do Concelho.-------José Braz, CDU-PCP/PEV, regista que este é um documento estruturante para as próximas décadas que resulta de uma reflexão feita por esta Assembleia Municipal e pelos diferentes órgãos do Concelho sobre as potencialidades nas diferentes áreas que temos e apesar de todas as dificuldades devemos acreditar ser possível reunir sinergias e mobilizar esforços de modo que não percamos a esperança de que esta terra tem futuro, é um documento que sintetiza tudo o que foi feito e de planeamento que tem que estar



sempre a ser reavaliado, reformulado porque vivemos tempos de mudança constante, mas serve de base para os projectos e para acreditar que é possível apresentar projectos de desenvolvimento.-------O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescenta que em relação aos Centros Escolares o que se apresenta tenta responder às situações concretas, nomeadamente em relação à Chamusca foi sugerido no PDM a sua instalação junto à EB2,3 par aproveitamento dos equipamentos já instalados e quanto à Carregueira como núcleo habitacional da zona norte. Reconhece que o assunto é complexo o para o qual as opiniões são importantíssimas mas nem sempre vinculativas e aqui esta prevista uma clausula de defesa do processo, pelo que faz notar que o próximo QCA vai financiar as intervenções previstas na política definida pelo Ministério da Educação no que toca aos investimentos do Parque Escolar e esse ao ser feito só pode ser com base na Carta Escolar que foi aprovada e homologada para a Chamusca, pelo que temos aqui forma de nos candidatarmos ao Quadro Comunitário de Apoio caso seja necessário e se a Assembleia Municipal assim o entender. Por outro lado não se coloca para já nenhum Centro Escolar ao sul porque as distancias entre as localidades nos leva a criar uma politica diferente das zonas de grande concentração e salvaguardar o interesse dos alunos, entende as preocupações de todos pois também são as suas.-------O Senhor Vice-Presidente Francisco Matias acrescenta que este documento não é um dossier fechado e é "negociável", sugere ainda que se adite um reforço para as áreas da saúde e da educação. Refere que os Centros Escolares não são um meio para fechar escolas mas sim um recurso para na eventualidade de algumas virem a cessar funções por falta de alunos ou falta de colocação de professores por parte do Ministério da Educação.------Pedindo a palavra Carlos Silva, PS, relembra que este assunto já foi amplamente discutido na última Sessão Extraordinária e estas alterações proposta pelo que não vê a

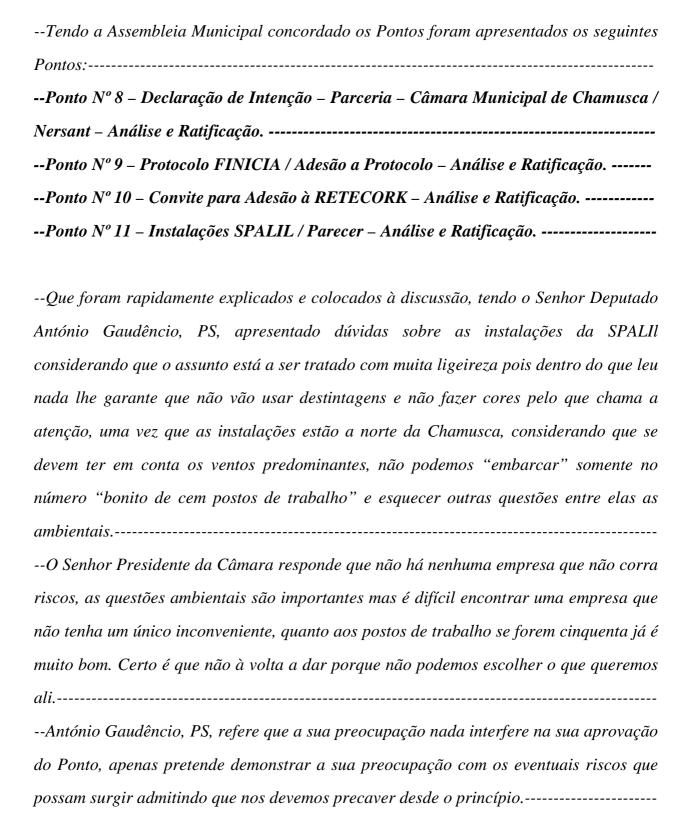




Intervindo Joaquim João Rosa Alcobia, PS, relembra que o Senhor Vice-Presidente
citou a introdução de um reforço nas referidas áreas que salvaguarda situações que
possam surgir não havendo portanto necessidade de nenhuma adenda
Como mais nada tenha surgido foi o Ponto colocado à votação e aprovado por maioria
de presenças com quatro abstenções da CDU-PCP/PEV e uma do PS
Dando continuidade aos trabalhos passou-se ao Ponto seguinte
Ponto Nº 7 – Centro Apoio Empresas – Contratos Prestação de Serviços – Análise e
Ratificação:
a) Instalação de Actividade;
b)Utilização de Salas e Equipamentos;
c)Normas de Funcionamento
O Senhor Vice-Presidente explica que os documentos foram estruturados com base no
tipo de serviços existentes nesta área para Autarquias e os preços apresentados foram
definidos em função da experiência que existe na Região em Autarquias que são
parceiras e trabalhados com base na consulta a esses parceiros. Refere que a alínea a)
se destina a quem se instala no edifício e a b) a quem se pretenda servir dele sem ter lá
sede, quanto à alínea c) limita-se a ser um documento de normas, muito semelhante a
outros já existentes, que se resume a ter um documento formal de modo a podermos
utilizar no funcionamento diário do Centro de Empresas e que prevê para qualquer tipo
de utilização um certo e determinado pagamento
Após esta apresentação o Senhor Deputado Carlos Silva, PS, usou da palavra apenas
para dizer que estas "normas pecam por tardias", pois o Centro de Empresas já está a
funcionar e só agora é que as normas foram presentes á Assembleia Municipal
Como nada mais tivesse ocorrido o Ponto foi colocado à votação e ratificado por
unanimidade de presenças



--A Senhora Deputada Aurelina Rufino, Outra Força – Melhor Futuro – PPD/PSD – CDS-PP, pede a palavra referindo que faltam vinte minutos para a uma da manhã e até agora só foram discutidos sete pontos, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara Municipal se disponibilizou para continuar a sessão noutro dia o que lhe parece ser uma atitude ponderada e correcta em virtude de estarmos perante uma agenda de trinta e três pontos, pelo que sugere, se assim o entenderem, votarem os pontos indispensáveis hoje e deixar os restantes para a próxima segunda-feira, dentro das quarenta e oito horas prevista por Lei, só com a presença do Senhor Vice-Presidente. -------O Senhor Presidente da Mesa acrescenta que como cada um tem os respectivos documentos não há necessidade de explicações muito exaustivas, pelo que as intervenções dos Senhores Presidente e Vice-Presidente poderão ser mais abreviadas, em relação à proposta da Senhora Deputada consulta o Plenário e o Senhor Presidente da Câmara Municipal e sugere mesmo com alteração à Ordem de Trabalhos a apreciação dos pontos mais pertinentes e que requerem minuta.------Usando da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirma que os pontos estão em condições de serem votados após uma simples apresentação pois são meramente formais, certo de que há coisas que podem esperar diz que outros são importantes mas que a Assembleia Municipal decidirá.-------Aurelina Rufino, Outra Força - Melhor Futuro - PPD/PSD - CDS-PP, propõe então que se passe a discutir o que o Senhor Presidente Câmara considere indispensável de votação e então depois os restantes de modo a tornar mais breves os trabalhos.-------O Senhor Presidente da Câmara Municipal disponibilizou-se de imediato a trabalhar nos Pontos números oito, nove e dez e a dar informação sobre eles de modo a que sejam votados.----



Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Mesa começou por colocar o
Ponto número oito à votação tendo o mesmo sido ratificado por unanimidade de
presenças e por minuta
"Assim, por unanimidade de presenças, a Assembleia Municipal analisou e ratificou a
Declaração de Intenção – Parceria – Câmara Municipal de Chamusca / Nersant."
Colocado de seguida o Ponto número nove à votação foi também ratificado por
unanimidade de presenças e por minuta
"Assim, por unanimidade de presenças, a Assembleia Municipal analisou e ratificou o
Protocolo FINICIA / Adesão a Prootocolo
O Senhor Presidente da Mesa apresentou para votação o Ponto número dez que foi
igualmente ratificado por unanimidade de presenças e por minuta
"Assim, por unanimidade de presenças, a Assembleia Municipal analisou e ratificou o
Convite para Adesão à RETECORK"
Antes de se passar à votação do Ponto número onze a Senhora Deputada Aurelina
Rufino, Outra Força - Melhor Futuro - PPD/PSD - CDS-PP, disse, em sua opinião, que
deveriam constar em Acta as preocupações apresentadas sobre as questões ambientais
Concordando com pretensão da Senhora Deputada o Senhor Presidente da Mesa
considerou o referido pedido de registo e colocou de seguida o Ponto à votação o qual
foi ratificado por maioria de presenças com quatro abstenções do PS
Carlos Silva, PS, pede a palavra e explica que a sua bancada se absteve na votação
deste Ponto pelas muitas dúvidas que tem sobre as questões ambientais
Dando continuidade aos trabalhos e por sugestão do Senhor Presidente da Câmara
Municipal passou-se à apresentação dos Pontos dezassete a vinte e nove da Ordem de
Trabalhos vistos estarem relacionados, assim o Senhor Presidente da Mesa enumerou os
referidos Pontos



Ponto Nº 17 - Proposta - Apoio em Materiais Pequenas Obras das Juntas de
Freguesia – Análise e Ratificação
Ponto Nº 18 – Adenda à Proposta – Transferência Verbas Manutenção – Educação –
Análise e Ratificação
Ponto Nº 19 - Protocolos Emprego Social / Programa Ocupacional - Subsidiados -
Análise e Ratificação:
a) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Chamusca;
b) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Chamusca;
c) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Carregueira;
d) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Vale de Cavalos;
e) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Ulme
Ponto Nº20 – Protocolo Colaboração Cedência Instalações – Câmara Municipal de
Chamusca / Junta de Freguesia de Chamusca – Análise e Ratificação:
a) Lojas Mercado Municipal – OTL Sénior;
b) Sala Piscinas Municipais – OTL Infanto Juvenil
Ponto Nº 21 – Protocolos de Colaboração Administrativa e Financeira Aquisição
Viaturas e Equipamentos – Análise e Ratificação
a) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Carregueira;
b) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Parreira;
c) Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia Ulme;
Ponto Nº 22 – Protocolo Colaboração Administrativa Financeira – Manutenção
Espaço Verde Carregueira – Câmara Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia
Carregueira – Informação, Análise e Ratificação
Ponto N^o 23 – Protocolo Colaboração Administrativa Financeira – Gestão do Sistema
de Abastecimento de Água na Freguesia de Vale de Cavalos - Renovação - Câmara

Municipal de Chamusca / Junta de Freguesia de Vale de Cavalos – Análise e
Ratificação
Ponto N^o 24 – Protocolo Colaboração Administrativa Financeira – Área Protecção
Civil - Câmara Municipal de Chamusca / Associação Bombeiros Voluntários
Chamusquenses – Análise e Ratificação
a) Adenda – Unidade de Pessoal / Protecção Civil;
b) Adenda – Comparticipação GPI'S / 2007
Ponto Nº 25 – Protocolo Colaboração Administrativa Financeira – Apoio a Obras e
Equipamentos – Câmara Municipal de Chamusca / Centro Apoio Social Parreira –
Análise e Ratificação
Ponto Nº 26 – Protocolo Definitivo Colaboração Administrativa Financeira –
Requalificação Cine-Teatro / Funcionamento – Câmara Municipal de Chamusca
Santa Casa Misericórdia – Análise e Ratificação
Ponto Nº 27 – Protocolo Colaboração Administrativa e Financeira – Campo Futebol
Municipal / Utilização pela Comunidade – Câmara Municipal de Chamusca / União
Desportiva Chamusca – Análise e Ratificação
Ponto Nº 28 – Protocolo Colaboração – Câmara Municipal de Chamusca
Federação portuguesa Basquetebol / Associação Basquetebol Santarém / Chamusca
Basket Clube – Análise e Ratificação
Ponto Nº 29 – Comparticipação para Construção de 4 Fogos – Vale de Cavalos –
INH / Câmara Municipal de Chamusca – Análise e Ratificação
O Senhor Vice-Presidente, pedindo a atenção de todos, apresentou-os rapidamente
baseando-se na documentação entregue
Após a referida explicação o Senhor Presidente da Mesa começou por colocar o ponto
número dezassete à discussão



--José Augusto Carrinho, PS, pergunta se o apoio dos dez mil euros é exclusivamente em materiais para obras ou se não há transferência de capital para as Juntas de Freguesia, nem a hipótese de pedir adiantamento do ano que vem, repara ainda que o que está apresentado não se reporta aos anos anteriores nem aos seguintes, demonstra ainda o seu desagrado ao notar que a Junta de Freguesia do Pinheiro Grande é a única que já tem algum equipamento comprado e facturado e não consta aqui nos protocolos, enquanto que outras Juntas que apenas tem orçamentos já têm os seus protocolos para aprovação, diz não desconfiar de ninguém mas não aceita este tratamento, ou se faz para todas as juntas ou então não se faz.-------Vice-Presidente Francisco Matias explica que é necessário termos os elementos que condicionam os dezassete mil e com certeza tal como o Senhor Presidente Junta de Freguesia até ao final do mês cá estarão. Pelo que a partir de Junho como está na proposta e como foi afirmado aqui e acordado com as Juntas vamos cumprir o que está estabelecido, não havendo motivo para desconfianças.------José Augusto Carrinho, PS, reafirmou que não desconfia, simplesmente ficou triste pelo facto da sua Junta não constar da lista dos protocolos.------Intervindo o Senhor Presidente da Câmara reafirma o que o Senhor Vice-Presidente disse, sublinhando que a partir de Julho serão transferidas as verbas para as Juntas de Freguesia fazerem face aos investimentos que vão fazer, se estes protocolos vão ser ratificados os outros que faltam também o serão. Porque é a primeira decisão genérica de Câmara Municipal, pelo que não existe nenhuma má vontade para com a Junta de Freguesia do Pinheiro Grande.-------Pedindo palavra José Augusto Carrinho, PS, dirige-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que não vale a pena este enervar-se porque ele está, muito calmo e afirma não ter dito que havia discriminação o que disse e continua a dizer é que gostaria muito de ter visto aqui o protocolo da Junta de Freguesia do Pinheiro Grande e

acrescenta que se vamos falar naquilo que se diz então temos muito para conversar e
entrado por aí então temos que marcar um debate para vermos quem é que "dá a boca"
se é só um ou se são outros também
O Senhor Presidente da Mesa diz já ter sido registado o assunto e julga já ter sido
dada a sua resposta
Pedindo a palavra o Senhor Presidente da Câmara pede uma pequena interrupção
afirmando que mantém tudo o que disse e não tem qualquer problema de discutir o
assunto com o Presidente da Junta do Pinheiro Grande ou com qualquer outro desde que
haja razões objectivas para isso e diz não estar de acordo com insinuações de que há
aqui atitudes pouco correctas, porque o procedimento da Câmara Municipal é
totalmente claro, quanto às conversas aqui e acolá muito teriam que dizer se valesse a
pena, se fossem coisas de responsabilidade
Concedida a palavra à Senhora Deputada Aurelina, esta pergunta se o que está
mencionado no documento referente às não acumulações quer dizer que o que não se
gasta num ano não passa para o ano seguinte
O Senhor Presidente respondeu ser assim e o Senhor Presidente da Mesa dá como
terminada a discussão e coloca o ponto à votação tendo sido ratificado por unanimidade
de presenças
Colocados também a discussão os Pontos de 18 a 22 que, não tendo surgido motivo de
debate, foram todos postos à votação e ratificados por unanimidade de presenças
Quanto ao Ponto n.º 23 foi posto à votação e ratificado por maioria de presenças, com
cinco votos contra da bancada do PS
Intervindo António Gaudêncio, PS, pede para fazer uma declaração de voto curta e
rápida e passa a dizer "como a proposta acerca de um ano aqui apresentada não teve o

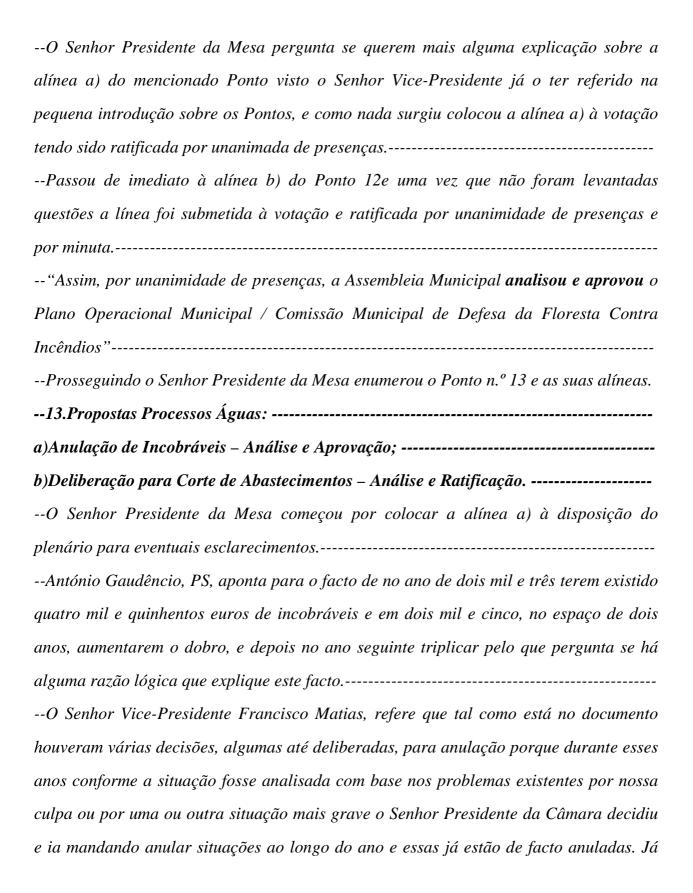


contra"
O Senhor Presidente da Mesa diz tomar nota da declaração de voto e continua os
trabalhos colocando à discussão do plenário os Pontos de 24 a 29, sobre os quais não
ocorreu qualquer questão, e como tal foram postos à votação e todos ratificados por
unanimidade de presenças
Dando continuidade à discussão dos Pontos o Senhor Presidente da Mesa questiona o
Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre qual o Ponto ou quais os Pontos que
quer apresentar, tendo este respondido serem os nºs 30 a 33
Ainda antes de prosseguir os trabalhos o Senhor Presidente da Mesa questiona o
plenário sobre a continuidade dos mesmos tendo o plenário decidido por maioria de
presenças e dois votos contra do PS continuar os trabalhos
Pelo que o Senhor Presidente da Mesa apresentou os Pontos
Ponto Nº 30 – Abate Sobreiros – Campo Futebol Municipal – Declaração de
Interesse Público – Análise e Aprovação
Ponto N^o 31 – Pedreira Arripiado – Ampliação / Declaração de Interesse Público –
Análise e Aprovação
Ponto Nº 32 – Campo e Rio – Projecto 3º Idade / Declaração de Interesse Público –
Suspensão PDM – Análise e Aprovação
Ponto N^o 32 – Instalação de Empresa – AVIPRONTO – Análise e Ratificação
Passando então o Senhor Presidente da Câmara a apresentar os mencionados pontos
fazendo um breve resumo de todos eles com base nos documentos antes distribuídos aos
Senhores Deputados
Carlos Silva, PS, pede a palavra para esclarecer que segundo informação que recebeu
de outra Autarquia esta empresa já adquiriu um terreno no Concelho de Almeirim pelo
que não percebe a inclusão deste Ponto uma vez que a Avipronto não é dona do terreno.

Pelo que à partida poderemos estar a aprovar uma coisa que pode na prática não ter
quaisquer efeitos
o Senhor Presidente da Câmara afirma que as empresas contactam connosco e com
outras Autarquias e a nós apenas nos compete dar uma resposta se é viável ou não, e
sublinha que provavelmente a Avipronto não virá para aqui mas esta decisão ficará
automaticamente tomada para qualquer empresa do mesmo tipo para este sítio
José Braz, CDU-PCP/PEV, chama a atenção para a minuta da fotocópia da Acta da
Câmara, que acompanha o documento sobre este Ponto, o parecer nela apresentado está
bastante correcto, deixando explicito que não se aplica exclusivamente a esta empresa
mas sim permite viabilizar no terreno futuros projectos
Agradecendo as intervenções o Senhor Presidente da Mesa questiona sobre eventuais
questões e como nada surgiu voltou ao Ponto n.º 30 para que se proceda à sua votação,
assim sendo foi o Ponto aprovado por maioria de presenças e uma abstenção da
bancada do PS e por minuta
"Assim, por maioria de presenças com uma abstenção do Partido Socialista, a
Assembleia Municipal analisou e aprovou o Abate Sobreiros no Campo Futebol
Municipal – Declaração de Interesse Público"
Passa de seguida ao Ponto n.º 31 e como ninguém interviu o Ponto foi posta à votação
tendo sido aprovado por unanimidade de presenças e por minuta
"Assim, por unanimidade de presenças, a Assembleia Municipal analisou e aprovou a
Ampliação da Pedreira do Arripiado –Declaração de Interesse Público"
Também o Ponto n.º 32 foi a votação e aprovado por maioria de presenças com uma
abstenção da bançada do PS e por minuta



"Assim, por maioria de presenças com uma abstenção do Partido Socialista, a
Assembleia Municipal analisou e aprovou o Projecto 3ª Idade / Campo e Rio –
Declaração de Interesse Público / Suspensão"
Questionando o plenário sobre quaisquer dúvidas ou comentários ao Ponto n.º 33 e na
ausência de questões foi o mesmo colocado À votação e ratificado por maioria de
presenças e duas abstenções da bancada do PS
De seguida o Senhor Presidente da Mesa pede a Assembleia que se manifesta sobre os
Pontos que ficaram para trás. O Senhor Presidente da Câmara mostra-se disponível
para no dia quatro prosseguir os trabalhos uma vez que tem de interromper as suas
férias por outro assunto, mas se quiserem analisar hoje está de acordo
O Senhor Presidente da Mesa coloca a questão à Assembleia e o Senhor Vice-
Presidente explica rapidamente os pontos pendentes e diz que principalmente os Pontos
n.º 12 e 13necessitam de minutas, em especial o n.º 12 porque há prazo a cumprir
Após este pequeno esclarecimento do Senhor Vice-Presidente o Senhor Presidente da
Mesa pergunta ao plenário se vão continuar ou adiar os trabalhos e tendo sido decidido
por maioria de presenças e com dois votos contra da bancada do PS, a continuação dos
trabalhos
Registou-se ainda a saída da sala do Senhor Deputado Joaquim João Rosa Alcobia,
PS, pela uma hora e vinte seis minutos
O Senhor Presidente da Mesa coloca o Ponto n.º 12 à apresentação
12.Planos Operacionais Concelhios:
a) Plano Acção 2007 Concelho Chamusca / Conselho Local de Acção Social – Análise
e Ratificação;
b)Plano Operacional Municipal / Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra
Incêndios – Análise e Aprovação





quanto ao ano de dois mil e seis tendo em conta este processo das Águas nada foi anulado daí o valor avolumado de incobráveis.-------António Gaudêncio, PS, diz ter entendido e coloca outra questão relacionada com a alínea b) dizendo que julga ter entendido que no final do ano dois mil e seis a informação dada é que as dívidas acumuladas rondaram a sessenta mil euros dos quais cinquenta por cento tinham sido recuperados, pelo que se assim entende a dívida total não seriam os sessenta mil euros mas sim cento e vinte mil, pelo que pergunta se está correcta esta sua dedução.-------O Senhor Vice-Presidente Francisco Matias, explica que foi um trabalho muito complexo e analisado progressivamente e não tudo de uma vez; foram identificados os que eram definitivamente incobráveis, sobraram uma série deles que perfaziam esse valor e foi de um outro desse valor que houve a recuperação de cinquenta por cento.------António Gaudêncio, pergunta se interpretando correctamente o que o Município tinha a receber de água eram cento e vinte e cinco mil euros.------Ao que o Senhor Vice-Presidente respondeu que sim, pedindo a palavra o Senhor Vereador Dr. Fernando Pratas diz ter aprovado esta questão porque entendeu e bem que relativamente a dois mil e quatro e dois mil e cinco se faça desta maneira, agora analisando mais a fundo o ano de dois mil e seis verificou que há uma quantia de catorze mil e alguns euros de incobráveis e vendo com atenção a lista de incobráveis remetida aos membros da Assembleia Municipal considera haver situações ainda recuperáveis e de quantias consideráveis, pelo que este Ponto deve ser visto com mais atenção porque não lhe parece que faça muito sentido haver tantos casos incobráveis desde e o início do processo e muito menos referentes ao ano de dois mil e seis, certo que poderá haver casos perfeitamente incobráveis, considera que há outros que até por questão de justiça devem ser cobrados, pelo que deixa o assunto à consideração embora não pretenda criar qualquer tipo de dificuldades mas tem reservas em relação a alguns casos.------



--Usando da palavra o Senhor Vice-Presidente Francisco Matias diz que ou se cria o "Momento Zero" ou não criamos e então isto nunca mais pára, chama a atenção que os dois documentos devem ser analisados em conjunto e sublinha que a partir do dia um de Janeiro esses ou outros que não pagarem vão sofrer cortes de abastecimento, ou seja, temos um instrumento desde um de Janeiro que não existia anteriormente, mesmo em dois mil e seis este processo não era aplicável. Alerta que se voltarmos atrás nunca mais aplicaremos este processo a ninguém, pois se o paramos agora para tentar recuperar de algumas entidades temos que aguardar o processo do corte e o processo iniciado em Janeiro faca sem efeito pelo que deixa o assunto à consideração da Assembleia Municipal.-------José Augusto Carrinho, PS, diz não ter dúvidas que sobre tudo no ano de dois mil e seis há pessoas que tem condições de cobrança na sua Freguesia, até alguns exemplos que considera cobráveis, continua dizendo que não pretende ser contra o sistema e acha que temos que iniciar o "Momento Zero", agora o que pensa é que haveria condições para mais uma ronda com as Juntas porque não tem dúvidas que há verbas cobráveis.-------Carlos Silva, PS, questiona se bem entende que perante esta relação o corte vai ser referente ao mês de Janeiro, pelos recibos de Janeiro não estarem pagos, ora em qualquer Concelho deste País ao fim de três meses em falta cortam a água e se quiserem de novo têm de pagar taxa de ligação, aqui já vamos em seis meses e nada.-------Aurelina Rufino, Outra Força - Melhor Futuro - PPD/PSD - CDS-PP, pergunta independentemente do pagamento dos anos anteriores se o investimento de corte de dois mil e sete não é posto em questão. Então se começamos com o corte neste ano está decidido o corte, pelo que se pode cortar e pronto.-------O Senhor Vice-Presidente Francisco Matias, diz não saber se estão a tentar falar de alguma justiça relativa pelo que então corta-se a todos e reforça a ideia do "Momento



Zero" ou então considera não haver condições para se retomar este assunto, e só o prosseguirá se o Senhor Presidente da Câmara a isso o obrigar, mas não há ponta por onde se pegue até ao final do mandato porque assim o assunto nunca mais se resolve. Supõe que depois de tudo o que foi feiro através de Avisos, cartas, mails e até comunicação Social, se as pessoas não quiseram pagar então temos que decidir qual o momento do corte e neste caso aqui foi apontado o Janeiro de dois mil e sete mas se decidirem que este assunto não é para tratar não há problema nenhum.-------Carlos Silva, PS, afirma que tem que passar à prática pois acha que não há nenhuma Assembleia deste País que esteja a discutir uma lista de clientes de água.-------O Senhor Presidente da Câmara começa por dizer que a Assembleia Municipal pode tomar decisões que entender que a Câmara as cumprirá e pedindo desculpa por ir contra o que foi dito informa que há muitas Autarquias da nossa região que ainda há pouco tempo nas suas Assembleias fizeram declarações de incobráveis. Parte do principio que já toda a gente percebeu que foi feito um esforço "Gigantesco" para recuperar tudo o que era possível, compreende perfeitamente e esta de acordo com a indignação apresentada e alguns nomes e situações que aqui se apresentam, porque é exactamente igual à sua, mas recorde que cortar ou pagar a água não são procedimentos feitos pelos eleitos mas sim regulados pela lei e que esta diz se não pagarem dentro de seis meses é evidente que haverá corte, pelo que estamos a preparar tudo de forma a agir correctamente. Mas no entanto se decidirem que a situação deve ser recapitulada nos vamos fazê-lo no próximo mês ou três meses no máximo para reapreciar alguma situação que ai esteja e acrescenta que contam com a colaboração de todos. Mas que é necessário regularizar esta situação a nível da Tesouraria para que a partir daqui possamos funcionar em conformidade com a legislação aplicável.-------O Senhor Vice-Presidente Francisco Matias acrescenta que esta operação já rendeu alguma coisa pois á a primeira vez nestes últimos anos que deixaram de ficar por pagar

quinhentos recibos só se encontram aqui cem por liquidar, portanto já há aqui um ganho
extraordinário junto das pessoas e conseguimos recuperar metade da dívida que estava
dada como incobrável
António Gaudêncio, PS, transmite à Assembleia Municipal que não será a bancada do
Partido Socialista, que depois de tantas "guerras", irá provocar qualquer atraso nesta
acção, porque atrasada já ela está
Pedro Silva, PS, intervém só para valorizar todo o processo e afirma que se fossemos
pelas recomendações do Partido Socialista, nos últimos tempos, não tínhamos
recuperado algumas destas verbas incobráveis, considera tudo isto muito complexo e
que se "tem que dar fogo à peça" e criar o "Momento Zero" e dentro do que considera
a responsabilidade de um membro da Assembleia Municipal ter feito a carta que fez e
publicado não terá tido influência em todo o processo achando "este um acto de
irresponsabilidade"
Carlos Silva, PS, comenta que irresponsabilidade foi ter chegado a este ponto
Dado como encerrado o presente Ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou o Ponto
a votação tendo sido aprovado por unanimidade de presenças e por minuta a alínea a) e
ratificado por unanimidade de presenças a alínea b)
"Assim, por unanimidade de presenças, a Assembleia Municipal analisou e aprovou a
Proposta de Anulação de Incobráveis"
O Senhor Presidente da Mesa passou de mediato ao Ponto seguinte da Ordem de
Trabalhos
14.Proposta – Medidas a Propor / Limite de Endividamento do Município – Análise e
Ratificação



O Vice-Presidente Francisco Matias fez a introdução do Ponto lendo os tópicos do
documento apresentado e como nada surgiu o mesmo colocado à votação e ratificado
por maioria de presenças com quatro abstenções da bancada do PS
Dando continuidade aos trabalhos o Senhor Presidente da Mesa apresenta o Ponto
número quinze
15.Proposta – Parque Viaturas – Análise e Ratificação
O Senhor Vice-Presidente apresentou a proposta sublinhando os aspectos mais
importantes
Nada tendo surgido o Ponto foi colocado à votação e ratificado por unanimidade de
presenças
O Senhor Presidente da Mesa enunciou de seguida o Ponto número dezasseis da
Ordem de Trabalhos
16.Proposta – Plano Desenvolvimento Ambiental / Poluição Vila Ulme – Análise e
Ratificação
Ratificação
O Senhor Presidente da Câmara Municipal focou que em Ulme, devido à instalação de
O Senhor Presidente da Câmara Municipal focou que em Ulme, devido à instalação de diversas empresas, apareceram algumas questões importantes para analisar e sobre as
O Senhor Presidente da Câmara Municipal focou que em Ulme, devido à instalação de diversas empresas, apareceram algumas questões importantes para analisar e sobre as quais já ocorreu uma reunião de trabalho com a Junta de Freguesia de Ulme na qual for
O Senhor Presidente da Câmara Municipal focou que em Ulme, devido à instalação de diversas empresas, apareceram algumas questões importantes para analisar e sobre as quais já ocorreu uma reunião de trabalho com a Junta de Freguesia de Ulme na qual for proposto que o definido anteriormente sobre o Plano de Desenvolvimento Ambiental
O Senhor Presidente da Câmara Municipal focou que em Ulme, devido à instalação de diversas empresas, apareceram algumas questões importantes para analisar e sobre as quais já ocorreu uma reunião de trabalho com a Junta de Freguesia de Ulme na qual for proposto que o definido anteriormente sobre o Plano de Desenvolvimento Ambiental para o Concelho começasse efectivamente por Ulme
O Senhor Presidente da Câmara Municipal focou que em Ulme, devido à instalação de diversas empresas, apareceram algumas questões importantes para analisar e sobre as quais já ocorreu uma reunião de trabalho com a Junta de Freguesia de Ulme na qual for proposto que o definido anteriormente sobre o Plano de Desenvolvimento Ambiental para o Concelho começasse efectivamente por Ulme
O Senhor Presidente da Câmara Municipal focou que em Ulme, devido à instalação de diversas empresas, apareceram algumas questões importantes para analisar e sobre as quais já ocorreu uma reunião de trabalho com a Junta de Freguesia de Ulme na qual for proposto que o definido anteriormente sobre o Plano de Desenvolvimento Ambiental para o Concelho começasse efectivamente por Ulme
O Senhor Presidente da Câmara Municipal focou que em Ulme, devido à instalação de diversas empresas, apareceram algumas questões importantes para analisar e sobre as quais já ocorreu uma reunião de trabalho com a Junta de Freguesia de Ulme na qual for proposto que o definido anteriormente sobre o Plano de Desenvolvimento Ambiental para o Concelho começasse efectivamente por Ulme
O Senhor Presidente da Câmara Municipal focou que em Ulme, devido à instalação de diversas empresas, apareceram algumas questões importantes para analisar e sobre as quais já ocorreu uma reunião de trabalho com a Junta de Freguesia de Ulme na qual for proposto que o definido anteriormente sobre o Plano de Desenvolvimento Ambiental para o Concelho começasse efectivamente por Ulme



qual se lavrou a presente Acta que, conjuntamente com os Senhores Presidente da Mesa e Segundo Secretário, passo a assinar. -----

José Joaquim Pardal Melão
António Manuel Úrsula Peixinho
Ana Cristina Frazão Costa